

O HISTORIADOR E A SOCIEDADE¹

EMÍLIA VIOTTI DA COSTA
PROFESSORA EMÉRITA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

As relações entre o historiador e a sociedade caminham numa via dupla. O trabalho do historiador, queira ele ou não, é produto da sociedade e do tempo em que vive. A vivência do presente afeta a construção do passado. Ao mesmo tempo, o posicionamento do historiador na sociedade marca os limites de sua visão. Suas experiências definem suas motivações e explicam porquê e para quê ele se debruça sobre a história. Seu projeto inspira-se em problemas sugeridos pela posição que assume na sociedade. Seus temas e seu método são função dos objetivos que pretende alcançar e das razões que o levam a estudar a história. Sua própria definição do que é história nasce a partir dessas coordenadas.

Por outro lado, a versão que o historiador apresenta do passado, contribui para a preservação ou para a mudança da sociedade. Isso confere ao historiador enorme

¹ Aula inaugural do Departamento de Historia da USP em 1998 proferida pela Professora Emília Viotti da Costa

responsabilidade e requer de todo aquele que se dedica a essa tarefa uma profunda reflexão sobre a natureza dessas relações, a fim de evitar que venha a descobrir tarde demais que tomou a via errada.

Quem ingressa no curso de História de uma Universidade estará iniciando uma longa conversa que encaminhará a discussão desses problemas durante todo o curso. Justifica-se, assim, que, apesar da impossibilidade de levantarmos, hoje, todas as questões que o tema sugere, estejamos aqui reunidos para dar início a esse debate.

Quero apresentar dois exemplos que elucidam algumas dessas questões. Para isso, escolhi deliberadamente dois historiadores conservadores. Os que me conhecem ou leram meus trabalhos, certamente, se espantarão diante dessa escolha. Minha vida tem sido uma recusa permanente da posição conservadora que no Brasil significa a perpetuação de uma sociedade imensamente desigual e injusta, que é, ao mesmo tempo, a origem e o resultado do precário desenvolvimento econômico e do crescente mal-estar

social que hoje atinge não só as classes subalternas, como também setores da classe média. Porém, tendo em vista que hoje existe uma tendência conservadora bastante forte na historiografia, da qual os próprios historiadores que a praticam nem sempre chegam a ter consciência, achei conveniente examinar quais foram as origens e os pressupostos dessa historiografia. Para isso, nada melhor do que examinar momentos que no passado levaram alguns historiadores brilhantes a pôr em circulação uma visão conservadora e elitista do mundo, num movimento que hoje se repete, uma visão que, embora hoje se apresente como inovadora, representa de fato uma volta ao passado.

Nesta conversa quero referir-me a dois famosos autores. O primeiro, Jacob Burckhardt, viveu no século XIX (1818-1893), mas até hoje é considerado um historiador exemplar. O segundo, Philippe Ariès, (1914-1984), também muito popular nos dias que correm, publicou seus primeiros trabalhos no fim da década de 1940 e teve uma de suas primeiras obras reeditadas em português nos fins

da década de 1980.

Jacob Burckhardt, foi conhecido no Brasil por sua obra sobre a cultura e a Civilização da Renascença, não por acaso analisado na obra de Hayden White, *Meta História: Imaginação Histórica no Século XIX*, de onde extraí a maioria dos dados referentes a Burckhardt.

Vivendo na Europa durante o século XIX, Burckhardt, suíço de origem e de formação calvinista, foi professor durante boa parte de sua vida na Universidade da Basileia, onde ensinou de 1843 a 1852 e de 1858 a 1893. Durante sua vida foi testemunha de numerosas revoluções liberais e conflitos sociais que sucederam à Revolução Francesa e abalaram a Europa até pelo menos o princípio do século XX, quando a Revolução Russa deu início a um novo ciclo revolucionário. Politicamente, Burckhardt era um liberal que, como muitos outros que viveram numa época de grandes transformações sociais e políticas, reage negativamente às revoluções e aos processos de democratização que lhe parecem avassaladores. Algo parecido sucedeu

ao nobre francês, Alexis de Toqueville (1805-1859), o qual, diante do inevitável avanço revolucionário, lembrou às elites francesas que era melhor guiar o processo do que se opor a ele. Para isso, foi aos Estados Unidos conhecer a democracia. Dessa viagem resultou um livro: *A Democracia na América*, publicado em dois volumes. O primeiro em 1835 e o segundo em 1840, que posteriormente tiveram numerosas edições e são, até hoje, lidos com proveito por aqueles que se encontram diante de dilemas semelhantes e têm os mesmos receios a respeito da ascensão das massas e do pleno funcionamento da democracia. As respostas de Burkhardt aos desafios de seu tempo são, no entanto, diversas das de Tocqueville. Enquanto este parece encontrar uma solução na noção muito comum, desde então: façamos reformas antes que o povo as faça, Burckhardt se retrai diante do que pensa ser a massificação da sociedade, a decadência da cultura. Refugia-se no esteticismo na *histoire tableau*, na contemplação de tempos, a seu ver, mais “virtuosos”.

Descrevendo a experiência de Burkhardt, Hayden White, o autor de *Meta História*, comentou que Burkhardt observou um mundo em que a virtude fora habitualmente traída, o talento pervertido e o poder posto a serviço de causa torpe. Vira muito pouca virtude em sua própria época e não encontrara nada a que pudesse dar sua adesão irrestrita. Sua devoção era à cultura da velha Europa, mas a considerava decadente, uma ruína impossível de restaurar. Apenas lhe restava, portanto, relembra-la com nostalgia.

Burkhardt desprezava a política por julgá-la incompatível com os gostos de um cavalheiro, tão incompatível quanto os negócios. Na sua opinião, a política desviava o indivíduo daquele assíduo culto da elegância que admirava nos antigos gregos e nos italianos do Renascimento. “Nunca pensaria em me tornar um agitador e um revolucionário”, diria ele em 1843, quando por toda parte na Europa preparavam-se revoluções. As revoltas e insurreições que puseram um fecho à década de 1840 abalaram-lhe a

fé no liberalismo. Sua querida Basileia, para onde fora com o fim de ensinar na Universidade, foi violentamente sacudida pela guerra civil, e ele sentiu que tudo que valorizava na velha cultura europeia estava sendo ameaçado pelos radicais. Na ocasião observou:

(...) tenho demasiado conhecimento da história para saber que não devo esperar do despotismo das massas senão uma tirania futura que significará o fim da história. Quero livrar-me de todos eles, dos radicais, dos comunistas, dos industriais, dos intelectuais, dos presunçosos, dos argumentadores e assim por diante, enfim dos “istas” e dos “ismos” de toda espécie. Pretendo viver uma vida privada, ser um amigo afetuoso, uma boa alma, não posso ter nada a ver com a sociedade em geral.

A partir de então, Burckhardt refugiou-se numa torre de marfim. Finalmente, a partir de 1860, embora tivesse atingido o pináculo de sua carreira e fama, recusou-se a publicar. Assistia ao fracasso do liberalismo, previa como consequência o nihilismo e negava-se a

entrar na luta. Julgava que seu isolamento o eximia de qualquer responsabilidade ulterior pelo caos vindouro.

Criou uma teoria da sociedade e da história a partir dessas experiências. Dedicou-se ao estudo da cultura da Renascença e da Grécia. Nos seus trabalhos voltou-se para a arte e a arquitetura. A história da cultura o atraía, focalizou a vida social das elites. Recusou-se a aceitar a existência real dos acontecimentos e encontrou justificativa na filosofia de Schopenhauer, (1788-1860), autor de *O Mundo como Vontade e Representação*, com quem ele convivera na Universidade da Basileia, filósofo que serviu no passado e continuaria a servir no presente de inspiração para a direita política.

A concepção de mundo de Schopenhauer satisfaria as necessidades de muitos intelectuais do terceiro quartel do século. Sua filosofia refletia o clima que se instaurou na Europa depois da Restauração monárquica na França, quando os Bourbons foram chamados a assumir de novo o trono da França.

Embora tivesse sido concebida na

segunda década do século XIX, a filosofia de Schopenhauer só recebeu atenção a partir de 1850. Todo seu sistema era uma tentativa de desqualificar a história e demonstrar porque as preocupações sociais e os interesses históricos são irrelevantes. Esta visão reacionária, egoísta e pessimista expressava, segundo Hayden White, o ponto de vista da classe média alemã da época. O mundo social de Schopenhauer era um agregado de indivíduos atomizados, cada qual aprisionado dentro dos próprios desejos, indivíduos colidindo uns com os outros em movimentos aleatórios, cada um parecendo simplesmente um possível meio de satisfação egoísta para todos os demais.

No sistema de Schopenhauer, a história ocupava uma posição secundária, pois ele se fundava na convicção que não existia uma realidade objetiva independentemente da consciência que a percebe. Para ele, que não acreditava na objetividade do processo histórico, o trabalho do historiador limitava-se a selecionar os materiais históricos, aceitando-os ou rejeitando-os à vontade, a fim

de convertê-los em uma imagem agradável de contemplar. O conhecimento histórico era pois uma forma de cognição de segunda ordem. Algo muito parecido acontece hoje, quando se nega qualquer objetividade ao conhecimento histórico e se fala no fim da história.

A visão da história de Schopenhauer aproxima-o mais de um Tucídes, que inventava discursos para seus personagens, do que de seu contemporâneo, o historiador Leopold Ranke, o qual vivia obcecado em descobrir o que realmente acontecera no passado e como recuperá-lo. Para Schopenhauer a ficção era superior ao fato. Todas as instituições sociais eram despojadas de qualquer valor e todos impulsos sociais eram vistos como erros ou falhas. Sua filosofia era profundamente narcisista. Sua visão ajustava-se perfeitamente às necessidades daqueles segmentos da sociedade que, como Burkhardt, queriam ignorar por completo as questões sociais. Era visível a repugnância de Schopenhauer pela sociedade em que vivia e sua recusa de qualquer ação pública ou privada,

visando mudar a sociedade para melhor. Para ele, a história aparecia como refúgio da realidade presente, permitindo ao historiador, isolar-se da sociedade em que vive - filosofia escapista, de que Burkhardt partilhou.²

Ao estudar a Revolução Francesa, ao contrário de Tocqueville que procurou ver o que com ela se ganhou e se perdeu, Burkhardt só viu perdas. Não é de espantar que sua visão de futuro tenha sido tão negativa quanto a de Johan Huizinga (1862-1945), autor do *Ocaso da Idade Média*, e de Oswald Spengler (1880-1936), autor de *A Decadência do Ocidente* (1919), bem como outros intelectuais preocupados com a decadência do Ocidente. Dentro desse quadro, e tendo em vista sua filosofia de vida, a única decisão que Burkhardt poderia tomar era recolher-se, cultivar seu jardim, partir em busca do tempo perdido e esperar que a loucura presente se dissipasse. Talvez depois, passado o caos, a cultura mais uma vez pudesse ser revigorada. No presente,

no entanto, para Burkhardt, nada havia a fazer senão deixar a cidade pelo campo e aguardar; cultivar a conversa com alguns seletos espíritos afins, exibindo um consistente desdém pelas atividades dos homens práticos ou engajados. Finalmente, Burkhardt coloca-se entre os historiadores que cultivam a história monumental e os que praticam a história antiquária ou revelam uma religiosa reverência pelo passado e vêem a história como contemplação do passado e fuga do presente.

Dessa breve análise, pode-se concluir que existe uma íntima relação entre a obra histórica de Burkhardt, seu pensamento sobre a história, seu posicionamento dentro da sociedade de seu tempo e as teorias filosóficas que reduzem a história a um conhecimento de segunda ordem: filosofia e histórias eminentemente conservadoras, brotadas num período histórico entre a Revolução Francesa e a Revolução Soviética, período paradoxal, agitado por muitas revoluções frustradas, como as de 1848 ou a Comuna de Paris

em 1871, mas durante as quais setores populares ganharam uma presença marcante na sociedade e passaram a ser vistos como ameaça por setores das classes dominantes. Há inegavelmente um vínculo entre historiadores como Burkhardt e filósofos como Schopenhauer. Produziram uma história e uma filosofia conservadoras, numa época em que o movimento operário abria novas possibilidades para a reflexão sobre a história, e em que Karl Marx, confrontando-se com os mesmos eventos, procurava criar uma ciência da história que permitisse aos homens transformar a sociedade, a fim de torná-la mais democrática.

Quase um século mais tarde, depois que o mundo assistira à Primeira Grande Guerra (1914-1918); à Revolução Bolchevique na Rússia (1917); à Grande Depressão econômica dos anos trinta; e ao início de uma nova guerra (1939-1945), um outro historiador, Philippe Ariès (1914-1984), definia sua posição em relação à história e à sociedade num

² Hayden White observa que o filósofo Nietzsche e o escritor Thomas Mann, também, foram inicialmente influenciados por Schopenhauer, mas logo o abandonaram, enquanto o compositor Wagner continuaria por toda vida seu fiel seguidor.

livro publicado na França, com o título *Le temps et L'histoire* (posteriormente traduzido para o português). O livro reúne ensaios escritos por ele, na maioria entre o fim da Segunda Grande Guerra e o início da Guerra Fria (1947), isto é, aproximadamente entre 1946 e 1949.

Para entender Ariès é preciso localizá-lo no seu tempo e examinar a posição que ocupava na sociedade, os problemas que se colocavam no período de após guerra, as opções que se abriam e as escolhas que fez. Só assim poderemos começar a compreender sua posição em relação à história.

Ariès, como ele mesmo nos informa, nasceu de uma família abastada, monarquista e religiosa, leitora assídua do jornal conservador *Action Française*. A família vivera parte de sua vida nas Antilhas e outra parte na França, numa cidade provinciana. Ariès pertencia a uma comunidade onde os laços de família lhe pareciam sólidos. Vivia num verdadeiro oásis, segundo sua própria caracterização, onde a preocupação com a vida pública não existia, Ariès confessa: “Porque

vivia num oásis, eu vivia fora da História (...)”. A história que chegava a ele, através da memória familiar, era subjetiva e seletiva: falava das glórias passadas, não do sofrimento do povo. Diz Ariès: “Não era a história nua e hostil que invade e arrasta, a história onde estamos e somos, fora do frágil recinto vedado das tradições familiares”. Era uma transposição poética da História, um Mito da História. Absorvia a lenda, não a história. Seus contemporâneos eram São Luiz, Luiz XVI e os mártires da Revolução. Aos seus ouvidos atentos de criança chegavam histórias sobre os felizes tempos dos reis de França, Quando jovem devorava os livros de memórias do século XVIII, da Revolução Francesa e da Restauração.

Não é, pois, de estranhar que ele nos diga que, assim que foi capaz de conceber a idéia de um tempo histórico, ela se fez acompanhar de “uma nostalgia pelo passado (...)”. Ariès olhava para o passado, não para o futuro. O passado, idealizado e poetizado, servia-lhe para avaliar o presente que lhe parecia ameaçador, como parecera a Burkhardt um

século antes. Na juventude dedicou-se à genealogia dos reis de França, os Capetos. Em 1946, já homem feito, ainda se apegava à história poética e repudiava a história que almejava a foros de ciência e a busca de objetividade.

Confrontando-se com os desafios que a presença do marxismo representava para os homens de sua geração, Ariès refugiava-se na história das pequenas comunidades familiares da burguesia provinciana e do campesinato. Dedicou-se a elaborar questionários que visavam recapturar a memória de pessoas que viviam nessas comunidades, procurando estabelecer uma mediação entre memória e história. Seu interesse correspondia aos dos setores da burguesia francesa que cultivavam, cada vez mais, uma nostalgia pela “antiga França”, apegando-se a uma imagem idealizada, quase mítica que construíam a respeito do passado. Pouco a pouco, a interpretação desfavorável à França pré-revolucionária, que fora hegemônica desde a Revolução, cedia lugar a uma favorável que desembocaria nos nossos dias em uma total inversão

das teorias que avaliavam a Revolução Francesa como uma grande conquista. Ela passou a ser vista por alguns como um grande desastre, numa reversão total da historiografia tradicional.

Diante da historiografia do seu tempo, Ariès fazia opção pela versão conservadora. Preocupava-se, no entanto, em dar-lhe a vida que lhe faltava. Queria escrever uma história em que os elementos humanos não perdessem nem sua individualidade, nem sua singularidade. Em lugar das crônicas políticas abstratas, tradicionais, propunha uma história dos costumes. Tentando sintetizar o dilema da história naquele momento (1947) dizia: “Confrontados com a história [e aqui ele se referia à história que vivia no presente e não à historiografia] criamos a direita e a esquerda uma máquina abstrata, cujas leis pretendemos no mesmo instante conhecer (...).” Era contra essa história que lhe parecia desumanizada e abstrata, que negligenciava a experiência individual, que Ariès, como muitos outros de sua geração, se insurgira. Entre as opções de seu tempo, à esquerda ou à di-

reita, escolhera esta. Outros tentaram dar vida nova ao liberalismo, ou a promover o socialismo.

Analisando o que se passava em seu tempo, Ariès contrastava um tempo passado em que as pessoas podiam viver isoladas da política, e um tempo que ele datava de 1940, quando todos foram chamados a se definir a favor ou contra a colaboração com os alemães ou a resistência, momento em que o privado foi invadido pelo público, o que ele caracteriza como uma monstruosa invasão do homem pela história, um momento em que o pacato meio familiar parece destruído pela política. Nazismo e comunismo forçam a definição política; a politização da vida privada parece-lhe total.

Nessas condições proliferaram os testemunhos, os relatos pessoais e subjetivos. Os dramas pessoais tornaram-se história. Ao mesmo tempo que os indivíduos pareciam perder a individualidade nos movimentos coletivos, afirmava-se com maior intensidade a sua consciência de indivíduo. Essa contradição aparece em toda a literatura da época e é bem

clara na obra do filósofo Jean Paul Sartre (1905-1980), que tenta resgatar o indivíduo dentro do Marxismo e faz a apologia do intelectual engajado. Veja-se sobre isso: *Question de Methode*, em *Critique de la Raison Dialectique*.

Os que como Ariès se apegaram ao passado e recusaram os envolvimentos políticos, ao invés de historizarem a experiência dos indivíduos, como faziam os autores de testemunhos do período de pós-guerra, particularizaram a história, reduzindo-a à experiência do indivíduo.

O testemunho, dirá Ariès, não é a narrativa despreendida de um observador que enumera ou de um sábio que demonstra, mas uma confissão. É para o testemunho, para a memória, para a história dos costumes que Ariès se inclina. Critica a historiografia acadêmica de seu tempo, por não arrebatá-lo do público; põe em questão suas pretensões científicas; duvida da objetividade do fato histórico; e compara a história com a obra de arte, argumentando que o desconhecimento da natureza estética da história provocou uma descoloração completa dos tempos

que os historiadores se propuseram a estudar. Essa crítica dificilmente se aplicaria a Lucien Febvre, para quem a história era a ciência do homem, ou para seu amigo, o historiador Marc Bloch.

Os dois exemplos, o de Ariès e o de Burkhardt, revelam algo em comum. Para ambos, o presente representa uma ameaça, e o passado um refúgio. Ambos valorizam o aspecto subjetivo e estético da história e duvidam da possibilidade de um conhecimento mais objetivo. Ambos vêem na história um meio de evitar os problemas do presente, ambos cresceram em um meio social protegido e ambos se defrontaram com um desafio das classes subalternas. Ambos assumiram uma posição conservadora, quando havia outras opções e outros caminhos.

Para a nova geração de historiadores, o desafio ainda é o mesmo, embora os tempos sejam outros. Vivemos um momento conservador, e as opções radicais, que pareciam tão claras na época de Burkhardt, que assistiu às Revoluções de 1848 e à Comuna de Paris em 1872, que inspiraram as reflexões de

Marx, e às Revoluções Russas, Chinesa e Cubana, que na época de Ariès produziram as reflexões filosóficas de Sartre, estão em refluxo diante da crise do socialismo na União Soviética e da penetração capitalista na China comunista, enquanto políticas liberais e fascistas se generalizam no mundo. O aparente declínio dos projetos socialistas e dos movimentos populares organizados, que no passado serviram de ponto de referência para as visões radicais da história, gera dúvidas sobre a possibilidade do conhecimento histórico. Nega-se a existência do processo histórico. Fala-se até no fim da história. A memória toma o lugar da história, os testemunhos substituem as interpretações históricas mais amplas. A história dos costumes vira moda. As explicações culturalistas, que tinham sido abandonadas, voltam a circular. A história parece ter perdido o rumo e volta para trás. Esse é um fenômeno que não atinge apenas a história e os historiadores, mas que se observa nas demais ciências humanas. Nas filosofias e nas artes há também uma grande perplexidade. Momen-

tos como este podem ser profundamente fecundos, pois permitem a experimentação, a inovação e a síntese entre o passado e o presente, assim como a busca de soluções novas, mas também podem levar a um beco sem saída, se fizermos da história um exercício meramente estético e contemplativo que visa, sobretudo, satisfazer as exigências do mercado (ou da Universidade) e os ditames dos que detêm o poder.